

NO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE HANNAH ARENDT  
**2006**

**CÁTEDRA A RAZÃO**  
PRÉMIO ENGENHEIRO FERNANDO BARREIROS MARQUES

Esta obra foi apoiada pela  
Comissão Científica da Cátedra A Razão  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

# Hannah Arendt

## Os Mundos da Razão

**Título**

Hannah Arendt:  
Os Mundos da Razão

**Autora**

Margarida Amaral

**Direitos Reservados**

© Esfera do Caos Editores Lda e Autora

**Design**

Flukstudio

**Impressão e Acabamento**

Papelmunde SMG Lda

**Depósito Legal**

XXXX

**ISBN**

978-989-8025-18-0

1ª Edição

Janeiro de 2007

ESFERA DO CAOS EDITORES LDA

Campo Grande  
Apartado 52199  
1721-501 Lisboa

[esfera.do.caos@netvisao.pt](mailto:esfera.do.caos@netvisao.pt)

[www.esferadocaos.pt](http://www.esferadocaos.pt)

Margarida Amaral

# Hannah Arendt

Os Mundos da Razão

***Prefácio***

Viriato Soromenho-Marques



ESFERA DO CAOS  
EDITORES

À minha filha Madalena,  
que admite tão seriamente a possibi-  
dade de a sua fada-madrinha se chamar  
Hannah Arendt.

## ◊ ÍNDICE

PREFÁCIO	13
AGRADECIMENTOS	17
INTRODUÇÃO	19
<b>1</b> A Primeira Alienação: da Terra ao Universo	25
<b>2</b> Primeira Alienação e Trabalho: a Racionalidade Instrumental e a Durabilidade do Mundo	37
2.1 A racionalidade instrumental e a relação do <i>homo faber</i> com o mundo	38
2.2 O trabalho e a durabilidade do mundo	43
<b>3</b> A Segunda Alienação: do Universo ao nosso Interior	49
<b>4</b> Segunda Alienação e Labor: a Racionalidade Narcisista e o Tempo Instantâneo	59
4.1 As causas e os contornos temporais da valorização do labor	60
4.2 A racionalidade narcisista, seus equívocos e riscos	68
<b>5</b> A Urgência de Regressar à Terra: Proposta para uma Racionalidade Pública	81
5.1 Sentido comum e racionalidade pública	84
5.2 Mundo da ciência. Mundo comum	90

5.3	Explosões atómicas e mundo comum	95
<b>6</b>	<b>Retorno à Terra e Acção: a Racionalidade Pública e o Presente Imortal</b>	<b>101</b>
6.1	O presente e a dupla irreversibilidade / imprevisibilidade	102
6.2	Imprevisibilidade e novidade: a negação da racionalidade instrumental e do passado como tempo da acção	104
6.3	Imprevisibilidade e 'quem': a negação da racionalidade narcisista e do futuro como tempo da acção	110
6.4	A Terra como condição da racionalidade pública e da imortalidade da acção	114
	CONCLUSÃO	123
	BIBLIOGRAFIA	129

## ◊ PREFÁCIO

UMA GRANDE obra filosófica é aquela que insiste em vir ao encontro do leitor, que a ela se expõe, mesmo que desprevenidamente. Cem anos depois do nascimento de Hannah Arendt, a inteligência dos seus argumentos e a capacidade de iluminação das suas teses transformaram a sua obra numa referência já “clássica”. Há, pois, um processo de recepção, em aprofundamento e alargamento, que transforma esta pensadora numa autora indispensável para o nosso século. A publicação deste ensaio de Margarida Amaral revela que Portugal não é excepção.

Ousemos formular a pergunta mais elementar e primordial: que razões nos podem levar, hoje, a pensar com Hannah Arendt? Uma resposta mínima identificará pelo menos duas razões.

EM PRIMEIRO lugar, o estilo e o ambiente inconfundíveis da sua escrita. A ela se aplicam admiravelmente as exigências requeridas por Pascal ao seu *esprit de finesse*. A finura não significa deixar de lado aquilo que o *esprit géométrique* identifica, classifica e quantifica. Significa apenas que a tarefa do pensar filosófico não pode satisfazer-se com tal, deve ir mais longe.

A obra de Hannah Arendt reflecte de um modo peculiar a intensidade da sua viagem pessoal pelo século XX. Nas décadas da sua existência experimentou uma sucessão vertiginosa de acontecimentos. Uns moldaram a realidade geopolítica, outros a paisagem das ideias. Mas, acima de tudo, o que mudou num ritmo aparentemente mais veloz do que o próprio pensamento, foram as configurações do mundo, o resultado do abraço inevitável entre factos e interpretações, entre o corpo e o espírito.

Entre 1906 e 1975, Hannah Arendt assistiu a duas guerras mundiais que destruíram a centralidade planetária da Europa, foi

vítima das perseguições que conduziram ao Holocausto, percebeu a fragilidade intrínseca das instituições democráticas, seguiu o caminho da salvação para os EUA, mergulhando num Novo Mundo onde ocorriam todas as inovações de uma civilização técnica, destinada a tornar-se global.

Um acontecimento entre todos merece particular destaque. As complexas implicações da destruição do milenar elemento e alimento judaicos da cultura europeia. Também aí, Hannah Arendt deu um contributo ímpar e precioso. O enorme empobrecimento da cultura e força espirituais da Europa, resultante do extermínio ou expulsão das comunidades hebraicas, é tão evidente que pode ser estabelecido quase à vista desarmada. O estabelecimento da culpa e a travessia do luto por essa catástrofe imensa ainda não foram completamente efectuados. É uma sombra que paira sobre a Europa e o seu futuro.

Este tempo vertiginoso surge na escrita da filósofa, todavia, como que coado e depurado pelo filtro sereno da sua reflexão. Fiel à tarefa matricial da filosofia, que é a de procurar estabelecer os laços de sentido entre as coisas, mesmo as que parecem demasiado díspares, Hannah Arendt articula as mediações e os distanciamentos necessários para que as afinidades semânticas possam surgir, com uma veemência sempre surpreendente. É desse modo que a experiência do terror nazi se transforma no ponto de partida para uma extraordinária elaboração teórica sobre as raízes e estruturas do totalitarismo. O mesmo vale para o olhar único que estendeu sobre o papel das revoluções na nossa contemporaneidade, ou para as diversas antecipações do que de essencial se arrisca na crise ambiental, que só no século XXI encontrará o seu desfecho definitivo.

A SEGUNDA razão que convida o nosso tempo a debruçar-se e a inspirar-se na obra desta notável personalidade constitui o tema central do ensaio de Margarida Amaral, que o leitor tem entre mãos.

Partindo de uma compreensão alargada da obra de Hannah Arendt, Margarida Amaral revela-nos a forma como a reflexão da grande pensadora pode ser lida como uma avaliação do estado, do sentido e das possibilidades da racionalidade na era contemporânea. A proposta arendtiana de uma “racionalidade pública”, que

constitui o núcleo essencial da leitura de Margarida Amaral, antecipa em vários anos o retomar da centralidade da filosofia política, proposto por outros pensadores, como John Rawls ou Jürgen Habermas.

A recuperação de uma esfera política, entendida como espaço plural e aberto para a comunicação entre iguais, para uma acção entre humanos guiada pelo princípio da natalidade, capaz de manter o horizonte aberto para a promessa e inovação dos que ainda não nasceram, surge como condição de possibilidade, como “condição transcendental”, para usar a fórmula de Kant, para a criação de um mundo onde a estatura da humanidade ainda tenha lugar, e onde o “esplendor” da liberdade e da cidadania sejam possíveis.

EM BOA hora quis a Cátedra A Razão distinguir este ensaio de Margarida Amaral com a outorga do Prémio Engenheiro Fernando Barreiros Marques. Para além de tudo o mais, neste ensaio casam-se de forma feliz o talento especulativo da autora e a oportunidade, proporcionada pelas comemorações do Centenário de Hannah Arendt.

Sabemos, pela importante biografia que Elisabeth Young-Bruhel lhe dedicou, que a filósofa terá chegado a Lisboa em Janeiro de 1941, vinda da França derrotada e ocupada. Aqui permaneceu três meses até conseguir partir para os Estados Unidos da América. Possa este ensaio, assim como outros projectos de investigação em curso nas Universidades portuguesas, significar um simbólico regresso, contribuindo para que, também entre nós, a obra de Hannah Arendt se possa sentir em sua casa.

9 de Dezembro de 2006

*Viriato Soromenho-Marques*

## ❖ AGRADECIMENTOS

Este livro conheceu o seu esboço mais primitivo num trabalho elaborado para um seminário de pós-graduação. Apresentei-o ao Professor Viriato Soromenho-Marques a quem devo o encorajamento pelas palavras que me soube dirigir na altura certa. Agradeço ainda, e muito, à minha orientadora de Doutoramento, a Professora Cristina Beckert, que nos nossos encontros me oferece sempre caminhos para pensar melhor.

Estarei eternamente grata à Comissão Científica da Cátedra A Razão por me ter concedido o prémio Engenheiro Fernando Barreiros Marques. Este prémio representa para mim um forte incentivo, a par de uma imensa responsabilidade que, muito provavelmente, toca todos aqueles que tornam público o seu pensamento e que, num momento de felicidade, vêm reconhecido o seu trabalho.

Termino agradecendo aos meus pais e ao Carlos pelo tempo que me permitem ter para pensar sobre o Tempo.

## ◊ INTRODUÇÃO

*Teria gostado de me aperceber que, no momento de falar, uma voz sem nome me precedia há muito.*

Michel Foucault, *A Ordem do Discurso*

Uma voz anterior que precedesse o meu texto: certamente não a poderia desejar menos do que Michel Foucault na sua lição inaugural no *Collège de France*. Uma voz plena de racionalidade que permitisse falar da Razão humana e que, sendo anterior, se oferecesse em antecipação para que me pudesse referir ao Tempo. No entanto, não posso dizer que esta voz está completamente ausente ou é sem nome. Ouço-a quase sempre em Hannah Arendt que, mais do que espreitar-me com sobranceria por cima do ombro, dialoga comigo numa originalidade e erudição sempre surpreendentes. Há cem anos nasceu essa voz. E é porque a escuto constantemente que posso dizer que me sinto, neste estudo sobre a Razão, profundamente acompanhada.

A intenção deste estudo é procurar compreender a razão humana enquanto faculdade relacionada com a *vita activa*, tal como esta é concebida por Hannah Arendt: aquela vida que assumimos pelo labor, pelo trabalho e pela acção. Situar-nos-emos em terreno bem mais firme enquanto circunscrevermos a racionalidade à vida do espírito e, mais concretamente, à actividade do pensar filosófico, concebendo a razão, neste contexto, como uma faculdade que dá substância à solidão do eu pensante e ao seu alheamento relativamente ao

mundo das aparências. A solidez deste terreno é-nos garantida pela própria Hannah Arendt que desenvolve esta concepção de razão humana no seu primeiro volume de *The Life of the Mind* quando se refere ao pensar como actividade da vida do espírito distinta do conhecer, associando o primeiro ao sentido e o segundo à verdade. Mas este estudo parte da convicção de que é possível descobrir uma racionalidade no contexto da *vita activa*, para além do necessário reconhecimento de que entender a razão humana neste domínio representa um risco e um desafio bem maiores. Pela consciência de que seria impossível compreender a razão humana como um conceito inequívoco e fechado, dada a multiplicidade de configurações teóricas que este conceito vem adquirindo ao longo da história da filosofia, entendo-o em vários sentidos respeitando, deste modo, a sua abertura e flexibilidade. Será de acordo com este princípio que procuro justificar a legitimidade de conceber uma racionalidade instrumental, que, muito sumariamente, se esgota no esquema mental comum de relação entre meios e fins, uma racionalidade narcisista, enquanto preocupação do indivíduo consigo mesmo, e uma racionalidade pública, numa proposta de que há ainda razão quando agimos e julgamos.

É preciso dizer desde já, com o intuito de esclarecer o campo em que este estudo se inscreve, que não encontramos em Hannah Arendt uma razão prática no sentido clássico do termo, como estando associada à descoberta de uma legitimação ética da acção humana. A questão orientadora deste estudo será, na verdade, bem mais simples do que qualquer deambulação pela razão prática, assim entendida. Trata-se de averiguar que tipo de raciocínio é aquele do homem que trabalha, do homem que labora e do homem enquanto ser que age. E porque acredito que estas actividades da *vita activa*, ao serem constantemente redefinidas e organizadas hierarquicamente, não são independentes do modo como vivemos o tempo, torna-se necessário pensar a associação entre a racionalidade que elas supõem e o tempo para que apontam. Assim, o labor, o qual faz o elogio de uma racionalidade narcisista, centrada no próprio indivíduo enquanto ele está apenas preocupado com a sua sobrevivência, remete-nos para o consumo e refere-se ao tempo

mais rápido que existe, um tempo que se deixa enunciar como sendo da ordem do instantâneo. O trabalho, que aponta para uma racionalidade instrumental, é a actividade que permite a construção de um mundo durável e, portanto, diz respeito a um tempo futuro. Quanto à acção, sendo possibilitada por uma racionalidade pública, dá-se num tempo presente que, se situado no seu espaço ideal, a saber, o espaço público, pode remeter-nos para a imortalidade. Esta última forma de racionalidade deverá ser entendida como associada a um pensar que não se circunscreve exclusivamente ao sujeito mas que se dá numa experiência partilhada na construção de um mundo comum; uma racionalidade que liberta o pensar do isolamento que é característico do seu alheamento em relação ao mundo das aparências, conferindo-lhe a possibilidade de se aplicar à acção como esse milagre onde sempre se supõe a existência de outros na pluralidade constitutiva do espaço público. A esta libertação do pensar Hannah Arendt chama juízo e é a racionalidade nele implicada que poderá permitir a concepção de uma aliança entre razão e acção.

Apesar de Hannah Arendt não se referir concretamente a estes três tipos de racionalidade, julgo que eles podem ser descobertos na reflexão que esta autora faz acerca da modernidade no que diz respeito às alienações que esta época originou. Entende-se aqui alienação no sentido mais literal do termo, como alheamento relativamente a algo e movimento numa outra direcção, sendo que o conceito de alienação em Hannah Arendt se deixa compreender da Terra ao universo e deste ao nosso interior. Será, então, esta dupla alienação que aqui vou perscrutar no sentido de compreender as suas implicações sobre o modo como constituímos hierarquicamente as três actividades da *vita activa* enunciadas por Hannah Arendt – labor, trabalho e acção, todas elas em consonância com uma racionalidade própria e apontando para tempos diferenciados.

No primeiro capítulo deste estudo procuro pensar a primeira alienação que ocorreu na era moderna – da Terra ao universo –, considerando o acontecimento que, segundo Hannah Arendt, a tornou possível – a invenção do telescópio. Analiso depois, no segundo capítulo, a possibilidade de se entender a supremacia da

actividade do trabalho, pela racionalidade instrumental que lhe é subjacente, como consequência desta primeira alienação. A principal dificuldade desta supremacia relaciona-se com o próprio tempo para que aponta esta actividade, isto porque o trabalho, sendo aquela actividade que permite a construção de um mundo durável, não é conciliável em absoluto com a alienação a que sujeitamos a própria Terra. Por outras palavras, se a racionalidade instrumental sobre o mundo natural e humano e o elogio da fabricação a que assistimos desde a era moderna parecem legitimar a elevação do trabalho acima das outras duas actividades – o labor e a acção –, a impossibilidade de o fazermos em absoluto impõe-se pois, pela própria alienação a que sujeitamos a Terra, não é aceitável que o resultado da descoberta do universo seja a durabilidade do mundo. No fundo, será o próprio tempo desta actividade que não permite tal elevação.

De seguida, no terceiro capítulo, importa reflectir acerca da segunda alienação – do universo ao nosso interior –, concebendo-a como decorrente da primeira, a partir da convicção de Hannah Arendt de que o seu precursor foi Descartes e o advento da dúvida. Analiso seguidamente as implicações desta última alienação em termos da hierarquia das actividades da *vita activa*, confirmando que as alienações modernas não podem resultar no enaltecimento do trabalho pois, de facto, a própria ideia de alienação não é compatível com a intenção de construir um mundo durável. Neste sentido, o propósito do quarto capítulo é acentuar que hoje, ao fazermos uso de uma racionalidade narcisista, se assiste a uma valorização da vida e que a actividade que melhor permite lutar por ela, seja no sentido da sobrevivência individual, seja ainda a da espécie, é o labor. Daqui decorre que o nosso contexto actual não corresponde a um tempo futuro, porque durável, mas sim a um tempo de consumo, o qual aponta para o instantâneo, de tal modo que todo o nosso universo se vê reduzido à ânsia de destruição que, se originalmente é inerente a todo o consumo, se generaliza hoje aos próprios objectos do mundo, reduzindo ainda à exclusividade científica a actividade mais humana que conhecemos: a acção.

Depois de analisar esta dupla alienação e as suas repercussões em termos de racionalidade e de tempo, evidencio a urgência de

regressar à Terra, a este ambiente ainda natural que é o único lugar onde se pode situar o ponto arquimediano da nossa linguagem natural e do sentido comum, intimamente relacionados com uma racionalidade pública. Finalmente, no capítulo final, procuro justificar o presente como tempo da acção e mostrar como o regresso à Terra, devolvendo-nos a racionalidade pública, intimamente relacionada com o sentido comum e o juízo nele implicado, nos permite agir no sentido mais rigoroso e estrito do termo, isto é, entre os outros homens, na pluralidade constitutiva do espaço público. Nessa medida, veremos como só novamente situados na Terra encontraremos um mundo comum que, construído à custa de uma racionalidade pública, possa dotar as nossas acções presentes de um sentido imortal.

Como qualquer texto, seja ele de natureza literária ou ensaística, este estudo não é mais do que um convite. Um convite para uma viagem ao pensamento de Hannah Arendt, esperando que também a sua voz nos acompanhe nas deslocações mais laterais pelo Tempo e pela Razão humana. Se do ponto de vista da alienação nos deslocarmos da Terra ao universo, deste ao nosso interior e ainda deste à urgência de regressar à nossa habitação primordial, do ponto de vista da hierarquia das actividades da *vita activa* o nosso movimento será do trabalho ao labor e deste à necessidade absoluta de regressarmos à acção. O mesmo se poderá enunciar sobre o modo como vivemos o tempo e concebemos a nossa racionalidade: do tempo durável contrariado por uma racionalidade instrumental ao tempo instantâneo potenciado por uma racionalidade narcisista e deste à urgência de encontrar um lugar que torne possível a racionalidade pública a qual, por sua vez, dará corpo à imortalidade da acção. Tal é o alcance deste convite: uma viagem em várias direcções, no espaço que continuamente se oferece à alienação, na constante reorganização da hierarquia das actividades e nas implicações que estas modificações operam em termos do modo como vivemos o tempo e concebemos a razão humana. Assim a voz anterior se faça ouvir neste percurso pelos mundos da razão.